



Rastrear e atrair: Armadilhagem, geolocalização e vulnerabilidades no aplicativo Grindr

Track and Attract: Entrapment, geolocation and vulnerabilities on the Grindr app

Gustavo Rodrigues*

Resumo

O presente trabalho explora as relações entre controle social e incitação ao prazer a partir das conexões entre as dissidências sexuais e as novas tecnologias, pensando sobretudo os modos pelos quais os territórios digitais reconfiguram o regime normativo do armário. A partir de um estudo do aplicativo Grindr, são examinados dois eixos vigilância: o primeiro deles diz respeito à vigilância verticalizada que incide da relação assimétrica pela qual a empresa coleta de forma massiva os dados dos seus milhões de usuários. O segundo eixo gira em torno de uma série de usos da plataforma por atores que não tem acesso privilegiado aos servidores desta, mas que utilizam de funcionalidades da interface do aplicativo para armadilhagem e rastreamento dos usuários – uma espécie de vigilância horizontal. Examino, através de uma etnografia multissituada, as diversas controvérsias envolvendo os diferentes usos da plataforma ao longo da última década, para concluir com uma reflexão em torno dos meios pelos quais os mecanismos de busca do prazer promovem uma exposição crescente de dados sensíveis dos indivíduos sobre si próprios, algo que facilita o controle social e se agrava no contexto de corpos historicamente vulneráveis à violência.

Abstract

This work explores the relationships between social control and incitement to pleasure from the connections between sexual dissidences and new technologies, reflecting above all the ways through which digital territories reconfigure the normative regime of the closet. From a study of the Grindr app, two axes of social control and surveillance are examined: The first one concerns verticalized surveillance that results from the asymmetrical relationship through which the company massively gathers data from its millions of users. The second axis focuses on a series of uses of the platform by actors who do not have privileged access to its servers, but that utilize features of the app's interface for entrapment and tracking of users. I examine, through multi-sited ethnography, several controversies involving different uses of the platform during the last decade, to conclude with a reflection on the means by which the mechanisms for pursuing pleasure increasingly promote an exposition of sensitive data of individuals about themselves, which facilitates social control and becomes more serious in the context of bodies that are historically vulnerable to violence.

Introdução

O Grindr é uma aplicação digital móvel voltada para a busca de contatos sexo-afetivos entre “pessoas gays, bis, trans e queer” (GRINDR LLC, 2018b) que integra o recurso de geolocalização à sua interface para esse fim. Criada em 2009 pelo israelita Joel Simkhai, a plataforma conta hoje com mais de 3.6 milhões de usuários ativos diariamente distribuídos por pelo menos 192 países (GRAAF, 2018), o que a torna a aplicação mais utilizada, com essa finalidade, por esse público-alvo no mundo. O aplicativo apresenta uma interface simples na qual a foto de perfil do usuário é exibida no canto superior esquerdo da tela, enquanto as dos outros usuários são mostradas em sequência junto a seus nomes de exibição, da esquerda para a direita, por ordem de proximidade.

Ao clicar na foto de outro usuário é possível visualizar seu perfil, distância aproximada e, com um clique, iniciar uma janela de bate-papo. Além da foto, o perfil pode ser preenchido com os seguintes campos: nome de exibição, breve descrição pessoal, idade, peso, etnia, porte físico, posição^[1], tribos^[2], situação de relacionamento, o tipo de interação que o usuário busca na plataforma (encontros, amizades, namoros, etc), status sorológico, data do último teste de HIV e endereços de perfis em outras redes sociais. O usuário pode ainda escolher ocultar sua idade e distância de outros perfis,

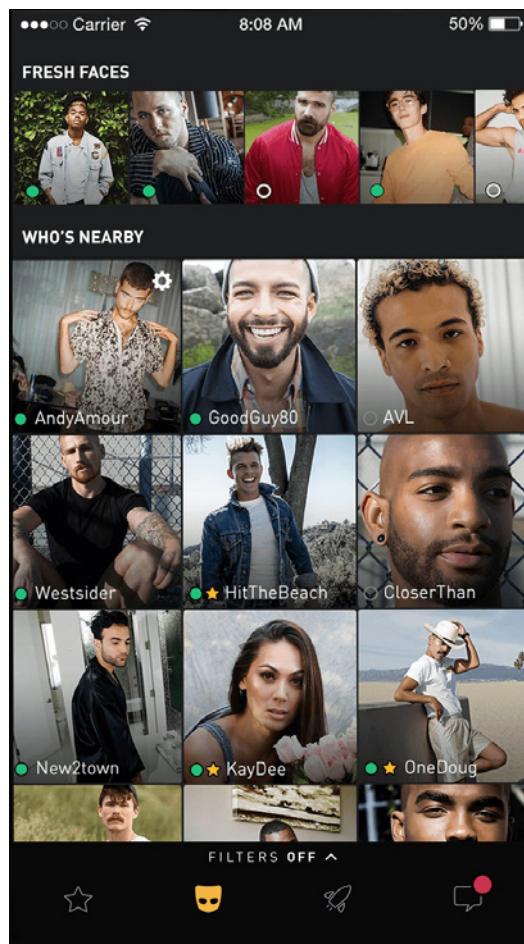


Fig. 1: Interface padrão do Grindr.

Fonte: GRINDR LLC (2018b)

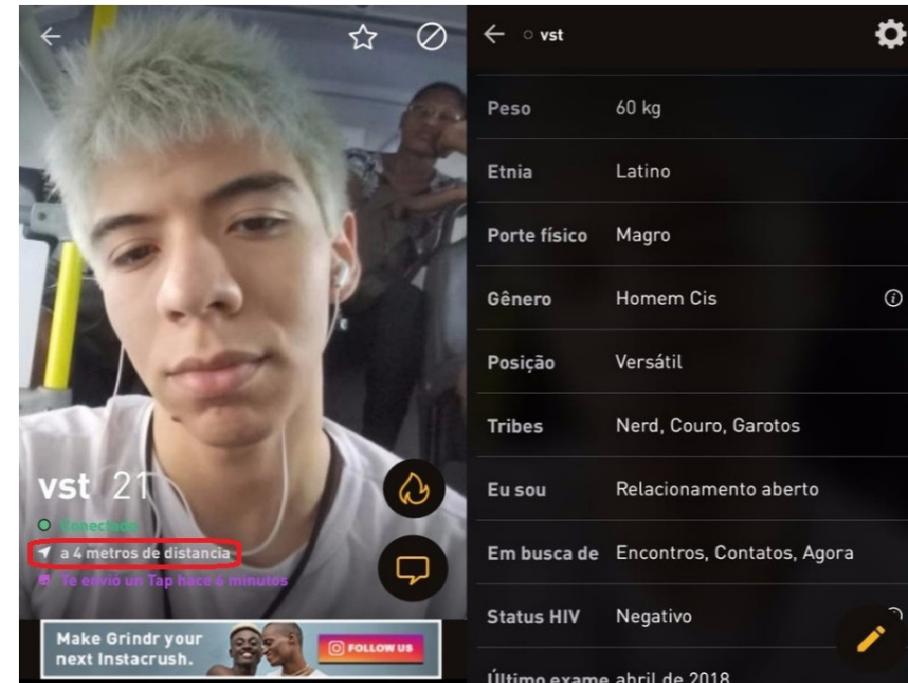
[1] Refere-se à posição sexual preferida pelo usuário em relação à prática da penetração, as opções oferecidas são: Ativo, versátil ativo, versátil, versátil passivo e passivo.

[2] Refere-se a uma série de categorias identitárias utilizadas na sociabilidade homoafetiva e que podem se referir a elementos altamente variados (forma física, comportamento sexual, estereótipos racistas, identidade de gênero, status sorológico, idade, entre outros). As opções

oferecidas são: barbie, cafuçu, couro, discreto, elegante, garotos, malhadinho, nerd, papai, soropositivo, trans, urso.

selecionar uma opção para que aplicativo o lembre de realizar o teste de HIV periodicamente e consultar pequenos guias de referência sobre identidade de gênero e saúde sexual.

O aplicativo apresenta duas versões principais: uma gratuita e uma paga. Na versão gratuita o usuário dispõe de acesso limitado às funcionalidades do aplicativo e é obrigado a visualizar anúncios. Em sua versão paga, o Grindr Xtra, o usuário utiliza da plataforma sem anúncios e ganha acesso a uma série de funcionalidades adicionais, incluindo: visualização de 6x mais perfis em sua grade, envio de múltiplas fotos de uma vez, acesso a filtros avançados para facilitar buscas, número



ilimitado de bloqueios e favoritos, possibilidade de salvar frases favoritas para serem enviadas com um só clique na janela de bate-papo e possibilidade de visualizar somente perfis com foto.

O aplicativo ganhou notoriedade pública crescente ao longo da última década, chegando a ser citado em programas como Saturday Night Live nos Estados Unidos. Paralelas a essa popularização foram as numerosas controvérsias envolvendo temáticas como violências raciais e de gênero, proteção de dados, privacidade e segurança da informação nas quais

o Grindr também esteve imerso. Em 2012, a empresa tornou-se alvo de críticas quando, através da exploração de uma série de vulnerabilidades



Fig. 3: Assinaturas para a versão Grindr Xtra.
Fonte: Produzida pelo autor.

técnicas existentes no software da aplicação, um cibercriminoso foi capaz de acessar dados pessoais dos usuários armazenados nos servidores do Grindr, o que incluía as senhas dos usuários. A partir daí o criminoso acessou diversos perfis e enviou mensagens simulando as identidades dos usuários reais, além de modificar fotos de perfil para imagens de conteúdo sexual explícito (algo proibido pelas diretrizes da plataforma), levando ao banimento dos perfis afetados (YIN, 2012).

Em 2018, a empresa voltou a ser duramente criticada após a revelação, pela organização de pesquisa norueguesa SINTEF, de que ela estaria compartilhando dados sensíveis dos usuários com as empresas de otimização de software Apptimize e Localytics (GRAAF, 2018; GHORAYSHI e RAY, 2018). Os dados incluíam a geolocalização e o status sorológico e eram compartilhados sem a consciência ou consentimento expresso dos usuários. Tal exposição levantou um debate mais amplo sobre a política

Fig. 4: Notícia sobre a vulnerabilidade de 2012.
Fonte: Produzida pelo autor.

Grindr Hack Leaves Hundreds of Thousands Exposed

A man in Sydney hacked into the location-based gay romance app Grindr, impersonating several local accounts and leaving millions of members vulnerable to public exposure.

By Sara Yin January 20, 2012 2:17PM EST

[f](#) [t](#) [in](#) [p](#) [g](#) [e](#) 39 SHARES



de privacidade da empresa, algo agravado devido ao fato do incidente ter ocorrido no mesmo ano em que a General Data Protection Regulation (o regulamento geral de proteção de dados europeu) entrou em vigor.

Esses dois casos, em especial o segundo, foram instâncias óbvias de situações nas quais dados sensíveis dos usuários foram tratados de forma inadequada em função da convergência entre duas questões:. Por um lado, tanto a falha na proteção desses dados quanto

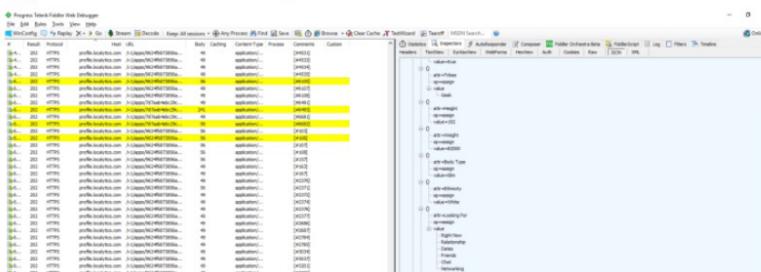
compartilhamento indevido foram possibilidos em função do fato de que tais dados são coletados e armazenados, ou seja, decorre da assimetria inerente ao tipo específico de relação que empresas de

Grindr Is Letting Other Companies See User HIV Status And Location Data

A data analysis conducted by an outside research firm, and independently verified by BuzzFeed News, shows that a popular gay dating app is sharing its users' HIV status with two other companies. (Update: Late on Monday Grindr said it would stop sharing this information.)

Azeen Ghorayshi
BuzzFeed News Reporter

Sri Ray
Staff Engineer



software tendem a estabelecer com seus usuários. Por outro lado, muito do que concerne à gravidade dessas ocasiões diz respeito a vulnerabilidades sociais específicas decorrentes das posições históricas dos corpos das pessoas que utilizam o Grindr.

Nos últimos anos, contudo, houve um outro tipo de abuso da plataforma que também ganhou notoriedade midiática: situações nas quais atores que não tinham nem acesso aos servidores da empresa nem qualquer conhecimento técnico sobre segurança da informação fizeram uso da aplicação para rastrear, monitorar e agredir de diferentes formas os usuários do Grindr. Tais agressões incluíram, mas não se limitaram a: exposição forçosa da sexualidade, chantagem, violência sexual e mesmo prisão em alguns contextos.

Como seria possível compreender esses casos em que a vigilância não incide de cima para baixo, mas acontece num plano, de certa forma, horizontal? Quando a vigilância se dá a partir do simples aproveitamento de funcionalidades da plataforma? Esses casos envolveram a manipulação de funcionalidades da plataforma através de métodos bastante simples: criação de perfis falsos e usos estratégicos da

Fig. 5: Notícia sobre a vulnerabilidade de 2018.

Fonte: Produzida pelo autor.

geolocalização. Em suma, práticas facilmente realizáveis por usuários comuns sem conhecimentos técnicos nem acesso privilegiado aos servidores da empresa. Não houve, portanto, uma vigilância vertical assimétrica, mas a simples instrumentalização de recursos da plataforma para finalidades desconectadas de seu propósito original: a facilitação da busca de contatos sexo-afetivos entre minorias sexuais.

Nesse sentido o Grindr, bem como outras plataformas do tipo, levanta uma série de controvérsias relativas a privacidade, segurança, subjetividade, corpo, vigilância e prazer. O presente trabalho explora algumas dessas controvérsias na medida em que elas evidenciam a complexidade das relações entre os mecanismos de busca do prazer possibilidos pela tecnociência contemporânea e os modos como tais tecnologias são utilizadas para vigilância, monitoramento e controle social dos indivíduos no início do século XXI.

Objetivos e métodos

Esta pesquisa teve teor qualitativo e o método empregado foi a “etnografia multissituada” (MARCUS, 1995; CESARINO, 2014). Essa metodologia foi desenvolvida em meio à “virada crítica na antropologia” (COLEMAN, 2012, p. 4, tradução minha) que caracterizou os debates da disciplina no final do século XX. Tal momento foi permeado por questionamentos éticos, epistemológicos e políticos relativos ao ferramental teórico-metodológico da antropologia. As relações entre o uso homogeneizante e essencializador da noção de cultura no texto etnográfico e a omissão histórica da disciplina em relação a temas como colonialismo, capitalismo e poder tornaram-se objeto de análise crítica.

Nesse contexto houve um interesse pelo desenvolvimento de novos métodos capazes de dar conta de fenômenos distribuídos espacial e temporalmente através de redes heterogêneas. A etnografia multissituada articula a tradicional observação-participante ao uso de fontes variadas (documentais, jornalísticas, etc) para seguir os atores humanos e não-humanos conforme eles interagem em diferentes escalas. A potência desta abordagem reside em sua capacidade de conectar práticas locais a processos macroteóricos de ampla extensão territorial (nacionais ou internacionais).

Outra inspiração metodológica deste trabalho veio da “etnografia da infraestrutura” (STAR, 1999) associada à tradição estadunidense de estudos sociais de ciência e tecnologia:

“Nessa perspectiva, a infraestrutura é comumente definida de modo relacional na medida em que se coloca como base para uma série de práticas que supõem seu funcionamento.

Assim, uma infraestrutura é algo que se toma como dado. Algo invisível, que passa despercebido a não ser quando uma falha lhe dá visibilidade ao interromper o fluxo das práticas para as quais serve de base”

(VICENTIN, 2016, p. 420)

O objetivo é evidenciar as conexões entre as práticas de vigilância vertical da empresa sobre os usuários e as práticas de vigilância horizontal pelas quais alguns dos principais abusos da privacidade dos usuários acontecem, ressaltando como aspectos da interface da aplicação (a infraestrutura relacional aqui etnografada) facilitam ou dificultam tais práticas. Para esse fim, discuto teoricamente os processos históricos que conformam as dinâmicas de atenção e controle social que atravessam as ciberteleologias para compreender as relações de vigilância vertical entre empresa e usuários. Posteriormente analiso as controvérsias e abusos de funcionalidades da plataforma nas quais os atores envolvidos não tinham acesso aos servidores da empresa e encontram-se, de certa forma, em relação de horizontalidade com os usuários comuns. Finalmente, retomo a análise do lugar de tecnologias como o Grindr para as relações entre controle social e busca do prazer individual.

Para isso, articulo diferentes fontes de dados. Em primeiro lugar, os textos jornalísticos e relatórios técnicos a partir dos quais pude apreender as diversas controvérsias nas quais o Grindr esteve envolvido ao longo dos últimos anos. Em segundo lugar, a observação participante que realizei como usuário do aplicativo entre os anos de 2016 e 2018. E, finalmente, a análise é complementada por dados etnográficos coletados no ano de 2016, quando realizei entrevistas semiestruturadas com quatro usuários do aplicativo que o eram há pelo menos seis meses. Todos são homens cisgêneros de classe média e ensino superior completo ou em andamento, três auto-identificados como brancos e um como negro, idades variavam entre 22 e 27 anos, dois residentes em Belo Horizonte (MG) e dois residentes em Macapá (AP).

Do armário moderno à nova gestão da dissidência sexual

As conexões entre as técnicas de produção e gestão do par indivíduo-massa (FOUCAULT, 1987; 1999) e os processos de estabilização das

identidades sexuais no contexto da modernidade europeia (Id., 1998) tem sido objeto de exploração crescente nas ciências sociais. Preciado (2011), por exemplo, ressalta a importância das relações produtivas para a fundamentação científica da patologização das condutas sexuais não reprodutivas no âmbito do regime disciplinar descrito por Foucault. Uma vez que o regime disciplinar se voltava para a moldagem do indivíduo como “um produtor descontínuo de energia” (DELEUZE, 1992, p. 4), a percepção científica em relação a tais comportamentos era de que eles constituíam um dispêndio de energia produtiva, o que resultava na normatização de uma continuidade entre sexualidade e reprodução.

Desse modo, no século XIX foi desenvolvida a categoria médica da homossexualidade para designar uma associação presumida estável entre práticas sexuais socialmente desviantes, uma estrutura psíquica (orientação do desejo) e uma anomalia biológica (entendida como causa do desvio). Como parte do aparato de gestão desses corpos dissidentes em meio à ordem jurídico-política do século XIX, foi instituído o regime de regulação da sexualidade hegemônico: o armário (SEGWICK, 2007). Esse regime opera através do reforço contínuo de uma série de normas que, com diferentes graus de explicitude, produzem continuamente a homossexualidade como segredo relegado à esfera privada, ao passo que a esfera pública é contraproduzida como mundo heterossexual. Nesse sentido, Miskolci (2013) observa que um efeito histórico de tal regime foi a restrição espacial da socialização homoerótica a certas regiões, em geral periféricas, das grandes cidades.

No século XX, as sociedades disciplinares descritas por Foucault não desaparecem, mas um novo regime passa a se sobrepor aos mecanismos disciplinares. Deleuze (1992) denomina “sociedades de controle” as formações sociais baseadas na modulação contínua da existência social através de métodos que ultrapassam os limites dos confinamentos disciplinares. A emergência deste novo regime de poder pode ser atribuída às interações entre diversos processos históricos, mas aqui cabe destacar dois: as disputas estratégicas-informacionais entre as potências militares durante a guerra fria; e a expansão da esfera do consumo no contexto da globalização neoliberal.

A informação é a matéria básica que os novos mecanismos manipulam em suas operações. Costa (2004) observa que o controle impõe aos indivíduos o encargo de atualizar as informações sobre si próprios, em diversos bancos de dados, através de sua atividade consumerista, algo exemplificado pela dinâmica de funcionamento dos cartões de crédito.

Um exemplo mais recente seria o smartphone, computador de bolso utilizado primariamente para o acesso a plataformas de software nas quais são oferecidos os mais diversos bens e serviços (alimentação, transporte, entretenimento, comunicação, etc) de forma móvel e facilitada. A portabilidade de ambas as ferramentas não é coincidência, e sim um indicativo de uma forma de existir como indivíduo na qual o corpo, para todos os efeitos, não termina na pele.

Foi a extensão das consequências de uma realidade social caracterizada pela crescente interpenetração entre zonas ontológicas continuamente produzidas como opostas pelos hábitos purificadores do pensamento moderno (LATOUR, 1994), que Donna Haraway buscou visibilizar.

Afinal, “o conceito de biopolítica de Michel Foucault não passa de uma débil premonição da política-ciborgue - uma política que nos permite vislumbrar um campo muito mais aberto” (HARAWAY, 2000, p. 37), pois não tratamos mais somente da entrada dos fenômenos biológicos no campo dos cálculos explícitos de poder-saber modernos, mas da incorporação de uma hibridização generalizada do aparato de controle. No fim do século XX, o poder não só reconhecia como promovia o aumento na porosidade das fronteiras entre natureza e cultura, organismo e máquina, público e privado, normal e anormal, entre outras oposições modernas, na medida em que isso facilitava o aprofundamento dos mecanismos de controle.

Como compreender historicamente esse crescente atrelamento entre nossos corpos, subjetividades e smartphones que parece tornar cada vez mais óbvia nossa condição de ciborgue? Bem, de acordo com Jair Ramos (2015), a massificação do computador pessoal (PC) a partir da década de 1980 seria um momento chave para entender tal processo. Tal ponto correspondeu a uma ruptura no paradigma de rede predominante na internet até então, o qual era baseado na articulação de redes já existentes (intranets institucionais situadas em empresas, universidades e nas forças armadas) por meio de protocolos comunicacionais. Para o autor, ainda que fosse menos eficaz em termos de processamento, armazenamento e circulação, o PC possibilitava a individualização de uma série de atividades que agora poderiam ser realizadas no espaço doméstico.

A partir daí a integração entre internet, PC e usuário foi se intensificado cada vez mais, até culminar na fusão das redes de telefonia com a internet por meio da combinação entre planos de pacotes de dados, redes Wi-Fi e smartphones no início do século XXI. Essa combinação

facilita que, em circunstâncias ideais, o usuário se encontre num estado de conectividade contínua e móvel a uma rede na qual os mais diversos serviços são oferecidos, sobretudo aqueles relacionados ao consumo. Conectividade contínua e móvel implica, entre outras coisas, na possibilidade de busca ininterrupta do prazer.

Conectada à nossa ciborguização está a expansão contínua e acelerada da chamada “economia da experiência” (RIFKIN, 2001). Nessa economia, o tempo de vida de cada indivíduo é valorizado na medida em que cada segundo dele pode ser transformado numa experiência de consumo. Enquanto a operação central do mercado no capitalismo industrial associado ao regime disciplinar era a alienação permanente da propriedade (compra), a neoliberalização do ocidente contemporâneo implica na proliferação de empresas cuja estratégia de negócios se baseia na provisão de um serviço como bem (acesso).

O segundo modelo possibilita a exploração econômica do próprio tempo do consumidor na medida em que o momento da provisão de acesso pode ser estendido indefinidamente, ao passo que o primeiro se circunscreve ao momento da compra. Daí a formação de valor nas versões gratuitas de aplicações como o Grindr: o usuário que não pode pagar por uma conta premium “paga” com seu tempo de atenção na medida em que este é utilizado para veiculação forçosa de anúncios. Em ambos os casos, o usuário se torna matéria prima para a produção de dados.

Finalmente, é importante ressaltar os estreitos vínculos entre a busca do prazer, as tecnologias digitais e a sociedade de controle. Enquanto o regime disciplinar voltava-se para a docilização dos corpos úteis com a finalidade de facilitar sua gestão, inibir a produção de revolta e maximizar sua utilidade produtiva, o novo regime estimula-os continuamente ao desejo e a liberação dos impulsos (SANT'ANNA, 2002). Muitas das condutas que eram suprimidas pela norma disciplinar passam a ser incitadas e é nesse sentido que Castro-Gomez (2005, p. 6, ênfase do autor) observa que “mais que reprimir as diferenças, como fazia o poder disciplinar da modernidade, o poder libidinoso da pós-modernidade as estimula e as produz.”

Se o regime disciplinar suprimia práticas sexuais desviantes a partir da patologização estigmatizadora, o novo regime viabiliza sua exploração econômica como fonte de demandas mercantis. A relação de atrelamento crescente entre práticas de consumo e percepção de si na experiência urbana ocidental no início do século XXI (CAMPBELL, 2004) é uma via de mão-dupla: as pessoas constroem suas identidades em relação

aos bens tangíveis e intangíveis que consomem e, simultaneamente, buscam consumir bens que refletem suas identidades. Nesse sentido, Miskolci comenta que as regiões periféricas foram paulatinamente se transformando nas últimas décadas do século XX, conforme emergia um circuito comercial de maior complexidade e extensão geográfica que passa a ser conhecido como “meio gay”.

O autor observa que o crescimento da Internet comercial no Brasil a partir de 1997 esteve associado ao crescimento desse meio na medida em que a tecnologia recriava e ampliava o território de socialização homoerótica. A interpenetração entre público e privado característica do novo regime ganha materialidade na produção dos territórios digitais. Se isto é verdadeiro para as redes sociais de modo geral, a combinação entre geolocalização móvel e a posição histórica associada às identidades sexuais do público-alvo do Grindr complexificam ainda mais esse processo.

Usos e abusos da informação no Grindr

Em 2014, o pesquisador Patrick Wardle publicou um texto denunciando vulnerabilidades na plataforma que possibilitavam determinar a localização exata de usuários, sem grandes dificuldades, sendo necessário apenas: um mapa da cidade, um compasso, um lápis e o emprego de técnicas matemáticas de nível de ensino médio para a

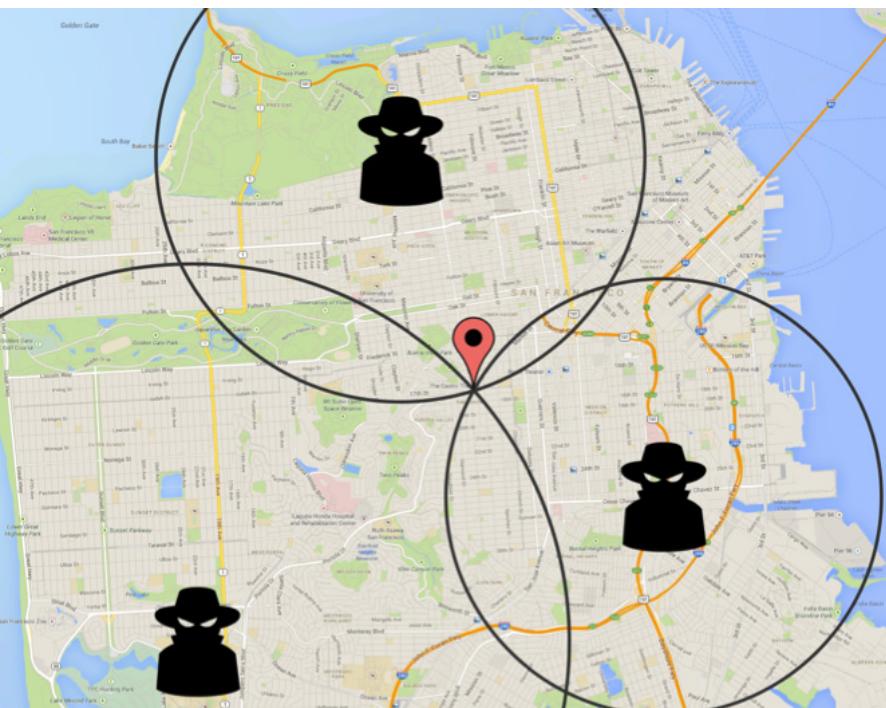


Fig. 6: Ilustração do método de trilateração.
Fonte: Wardle (2014).

[3] Tradução livre de “habitual practice of debauchery” (ABDEEL HAMEED, 2017, p. 6) e “incetement to debauchery” (Ibid., p. 13). Segundo Abdeel Hameed (2017), tais condutas encontram-se criminalizadas pela lei egípcia nº 10 de 1961 sobre o combate à prostituição.

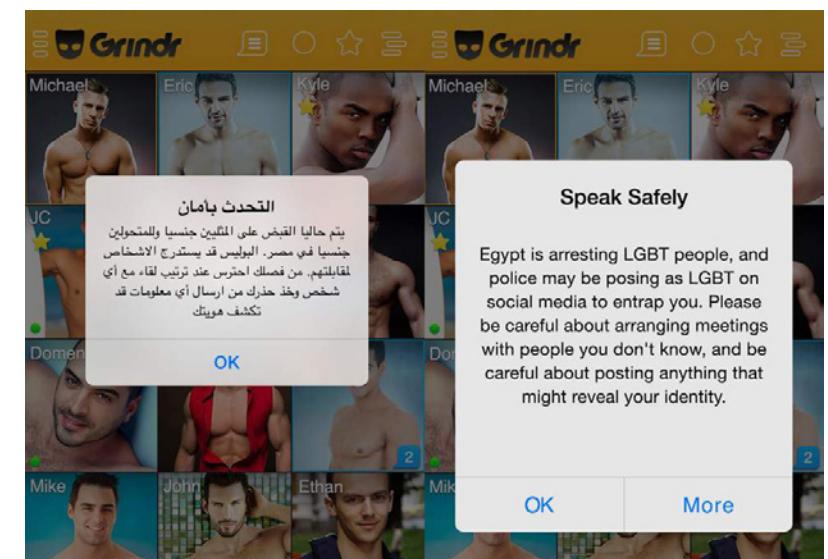
Fig. 7: Notificação enviada aos usuários egípcios em 2014.
Fonte: Paton (2018).

realização de trilateração. Wardle (2014) constatou que mesmo nos casos em que o alvo desabilita a opção de mostrar distância, esses dados simplesmente eram omitidos na interface do usuário, porém seu envio aos servidores da empresa continuava ocorrendo. Para Wardle, a implicação disso era que um atacante com maior conhecimento técnico ainda poderia explorar tal vulnerabilidade.

No mesmo ano, veículos de mídia como Cairo Scene (SHEILS, 2014), The Independent (CULZAC, 2014) relataram o uso da plataforma pela polícia egípcia para identificação e perseguição de LGBTs no país, onde as condutas de dissidentes sexuais ou de gênero são comumente enquadradas como crimes de “prática habitual de devassidão^[3] ou “incitação à devassidão”. A publicidade da controvérsia, envolvendo tal uso policial da plataforma, levou a empresa a anunciar que a opção de ocultar distância passaria a estar selecionada por padrão em alguns países (PATON, 2014). Além disso, usuários egípcios que se conectavam ao aplicativo passaram a receber imediatamente uma notificação com o seguinte texto:

“Fale com segurança

O Egito está prendendo pessoas LGBT, e a polícia pode estar fingindo ser LGBT em mídias sociais para apanhar você numa armadilha. Por favor seja cuidadoso em relação



a marcar encontros com pessoas que você não conhece, e seja cuidadoso em relação a postar qualquer coisa que possa revelar sua identidade.”

(PATON, 2018, tradução do autor)

Em agosto de 2016, durante a realização dos jogos olímpicos internacionais no Rio de Janeiro, o jornalista britânico Nico Hines publicou um artigo intitulado “Eu consegui três encontros no Grindr em uma hora na Vila Olímpica” (tradução minha) no site The Daily Beast (BUSEY, 2016). O texto em questão descrevia como Hines havia entrado na Vila Olímpica após criar perfis falsos em quatro redes geossociais de encontros diferentes (dentre elas o Grindr), conversado com diversos atletas e marcado encontros com eles. O artigo listava seus nomes, países de origem e esportes praticados, além de incluir trechos das conversas que o jornalista teria tido com os atletas. Hines foi amplamente criticado na mídia, chegando o Simkhai a classificar seu artigo como “lixo homofóbico” (CHAN, 2016), enfatizando que a matéria chegava a expor atletas inclusive provenientes de países como a Rússia, onde minorias sexuais e de gênero encontram-se em situação particularmente vulnerável.

Mais recentemente, em novembro de 2017, a pesquisadora Dalia Abdeel Hameed da Iniciativa Egípcia pelos Direitos Pessoais^[4] assinou um relatório referente às práticas de investigação empregadas pela Polícia da Moralidade^[5] egípcia para lidar com casos de dissidência sexual e

[4] Tradução livre de Egypt Initiative for Personal Rights (EIPR)

[5] Tradução livre de Morality Police, termo empregado no relatório como referência ao General Directorate for Protecting Public Morality.

[6] Tradução livre de online entrapment”.

[7] “Respondentes foram contundentes em manter seu próprio anonimato, ao passo que desejavam que outros usuários fossem verificados e autenticados para evitar o risco de falar com perfis falsos ou infiltrados. Isso forma um paradoxo no centro da pesquisa: o nexo entre sistemas de autenticação e anonimato desejável” (Ibid., p. 23, tradução livre).

de gênero. Segundo o relatório, entre outubro de 2013 e março de 2017 foram realizadas 232 prisões de indivíduos mediante acusações dos crimes supracitados. Dessas 232, 129 foram realizadas através do método de “armadilhagem online”^[6]: técnica que consiste no emprego de perfis falsos em sites ou aplicativos de encontros sexo-afetivos voltados para o público LGBT com a finalidade de atrair indivíduos.

Embora o relatório de Abdeel Hameed não faça referência específica ao Grindr, a importância do aplicativo nessas prisões foi apontada por um resumo de relatório publicado em fevereiro de 2018 pela ONG “Artigo 19” em parceria com a empresa. O documento abordava os resultados de um survey realizado através da própria plataforma do Grindr com usuários considerados mais vulneráveis. Informações relevantes em relação às percepções e demandas de segurança dessas pessoas foram apontadas pelo estudo. A pesquisa foi conduzida no Egito, Irã e Líbano e recebeu 429 respostas úteis. Dentre as principais ameaças percebidas pelos usuários estava o uso de contas falsas por atores estatais e não-estatais para atrair indivíduos para encontros pessoais e submetê-los a “prisão ou tratamento cruel e degradante, ou chantageá-los por dinheiro ou serviços sexuais” (ARTIGO 19, p. 20, tradução livre). Foi destacado que, no caso de atores não estatais utilizando perfis falsos para cometer tais violências, as vítimas principais eram mulheres e pessoas trans.

Também foi demonstrada preocupação com o modo como o próprio aplicativo passara a ser utilizado como evidência criminal, de modo que a simples presença de seu ícone reconhecível colocava os usuários em risco num contexto em que eles fossem revistados ou tivessem suas casas invadidas. O emprego de marca d’água com o símbolo do aplicativo nas fotos também figurava como fator de risco nas percepções dos usuários, pois simples capturas de telas de tais imagens já poderiam ser utilizadas como base para chantagem, assédio ou acusações. Um usuário anônimo foi taxativo: “o simples fato de ter o aplicativo coloca você numa situação vulnerável” (Ibid., p. 21).

Dentre as demandas expressas pelas pessoas entrevistadas estavam: anonimato autenticado^[7]; remoção da geolocalização precisa (89% dos respondentes afirmaram só ter interesse em saber a cidade ou vizinhança do indivíduo, não sua localização precisa); sistemas de comunicação de emergência com a empresa; aconselhamento jurídico; protocolos de emergência para casos de prisão; avisos e atualizações para pessoas LGBT no país; e aconselhamento relativo a questões de saúde sexual.



Em resposta, a empresa passou a implementar novos recursos destinados a aumentar a segurança e a privacidade dos usuários,



especialmente destes mais vulneráveis. Por exemplo, a opção “ícone discreto” permite que o usuário modifique o ícone do aplicativo exibido na interface de seu dispositivo e a opção “pin” permite ao usuário colocar uma senha específica para o acesso ao aplicativo no celular. É importante observar que fora de países situados no oriente médio, norte africano e região do golfo, tais opções somente estão disponíveis para usuários da versão paga da plataforma.

Embora todas essas controvérsias apresentem diferenças notáveis entre si, um aspecto comum a todas elas é a possibilidade de

Fig. 9: Opção de ícone discreto na interface do aplicativo.

Fonte: Produzida pelo autor.

rastreamento, monitoramento e armadilhagem de minorias sexuais por parte de pessoas comuns a partir da simples criação de perfis falsos e aproveitamento da geolocalização. É possível conectar esses abusos da plataforma com um uso muito mais corriqueiro e cotidiano que se faz da plataforma pelos usuários comuns que buscam apenas interações sexuais no aplicativo. Trata-se do fenômeno documentado por Aureliano e Ribeiro (2014, p. 9) em que o Grindr é “utilizado para descobrir quem, a pouca distância, também é gay”.

Isto indica a presença, num certo imaginário compartilhado pelos usuários, da percepção da possibilidade de uso do Grindr como tecnologia de detecção de minorias sexuais, um artefato técnico na forma de software que possibilitaria retirar forçosamente usuários do armário. O caso da exposição do reverendo Matthew Makela em 2015 evidencia esse ponto: após expressar posturas abertamente conservadoras e anti-LGBT na mídia, o reverendo foi exposto publicamente quando o veículo de notícias Queerty obteve capturas de tela nas quais ele fazia uso do Grindr e se descrevia como “um ativo [...] que gosta de oral e massagem” (BLEIER, 2015).

Não obstante as tentativas, contudo, a descoberta efetiva da sexualidade frequentemente não acontece em situações mais cotidianas. Isso se dá tanto em função da não adesão à plataforma por parte de muitos indivíduos que compõem seu público-alvo, quanto devido ao fato de que muitos usuários constroem seus perfis de modo a não permitir sua identificação imediata através da foto de exibição.

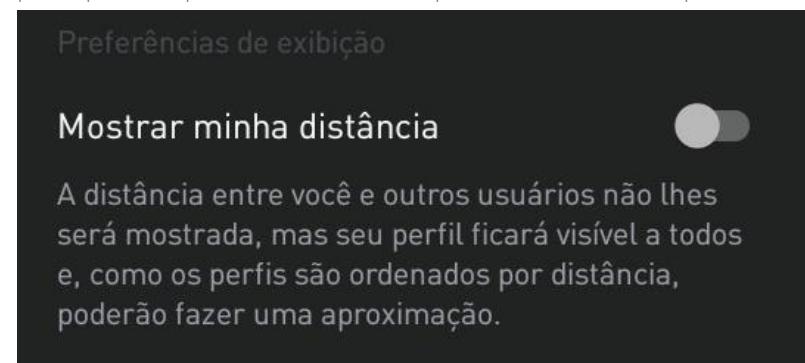
Partes do corpo associadas à masculinidade (abdômen, braços, peito, barba ou coxas) fotografadas, imagens que aludem a práticas sexuais, imagens sem relação aparente com o ambiente do aplicativo com o ambiente são comumente empregadas como foto de perfil. Também é relativamente frequente a ausência de foto. Meus entrevistados concordavam, em geral, que isso se dava, em boa medida, em função do estigma social que incide sobre a homossexualidade. Embora eu esteja de acordo que uma parcela desses casos seja explicável a partir desse estigma, sugiro que outra parte deles ocorre em função das próprias práticas discriminatórias que incidem sobre corpos politicamente minoritários no contexto das socialidades homoeróticas.

Em sua etnografia sobre relações homoeróticas masculinas online, Miskolci (2013) observa que muitos homens que buscam tais relações em sites de bate-papo mobilizam um repertório de práticas discursivas associadas à masculinidade heterossexual. Esses autointitulados

“machos” e “brothers” buscam homens que reproduzam tal padrão normativo tanto em suas aparências quanto em práticas corporais, sociais e discursivas, o que frequentemente inclui uma existência pública e familiar heterossexual. Esses indivíduos reconhecem na internet um espaço no qual podem ter certa autonomia em relação às prescrições sociais, principalmente na medida em que esta abriria a possibilidade de desenvolver tais relações sem ser descoberto.

Apesar dessa autonomia suposta, o autor observa que esses homens reconhecem certa periculosidade nas interações estabelecidas nesse meio, pois que a revelação de si implica na dependência do outro para a manutenção do segredo. O autor (*Ibid.*, p. 312) utiliza do termo “armário para dois” para designar esta situação resultante das arquiteturas de muitas plataformas digitais: o compartilhamento do risco de exposição é o que assegura o segredo mútuo da interação. No caso do Grindr, padrões similares de conduta são apresentados por muitos usuários em suas construções de perfil: desde os nomes de exibição adotados até textos de autodescrição nos quais o sigilo é posto como condição para o encontro.

Isso indica tanto uma extensão do regime do armário para os territórios digitais quanto sua reconfiguração no contexto das novas condições de interação propiciadas pelas especificidades desses territórios. Nesse sentido, pode-se dizer o regime do armário estende sua materialidade através da interface do Grindr. A opção “discreto” no campo “Tribos” do perfil, por exemplo, é um indicador de que o usuário – identifique-se ele



ou não com uma certa identidade sexual e seja ela (na percepção dele) pública ou não – não expressa ou deseja expressá-la através de práticas corporais e sociais associadas a um certo estereótipo desviante em relação aos códigos normativos. As opções de ocultar idade e distância também permitem reduzir o grau de exposição do usuário, ainda que de

Fig. 10: Captura de tela da função de mostrar distância desativada.
Fonte: Produzida pelo autor.

forma limitada, pois a distância ainda pode ser estimada a partir de sua posição em relação a outros na grade (algo que a própria plataforma informa ao usuário).

Conclusão

A dinâmica de funcionamento da cultura digital capitalista contemporânea está fortemente ligada à busca do prazer e, por outro lado, à intensificação do controle. Trata-se de um modelo no qual o consumidor, para ter acesso individualizado um serviço ou bem, passa a participar de uma rede na qual seus dados serão coletados e armazenados. A facilitação do acesso ao prazer garantida pela conectividade contínua implica também, sob esse ponto de vista, numa facilitação do controle a partir de um monitoramento contínuo. Esta relação entre busca do prazer e aceitação do controle se dá, em boa medida, através da mediação de tecnologias digitais.

No caso do Grindr, há pelo menos dois eixos relevantes no que concerne a forma como a vigilância é viabilizada. O primeiro deles é através da relação vertical pela qual a empresa acumula grandes quantidades de dados referentes as vidas e comportamentos de seus usuários. Isso é marcado nas controvérsias envolvendo o cibercriminoso que acessou os servidores da empresa em 2012, assim como o compartilhamento indevido de dados sensíveis em 2018. São casos de falhas e abusos na lida com os dados pessoais que decorrem diretamente da assimetria de transparência e visibilidade que caracteriza a relação entre empresas de software e seus usuários, algo agravado pela condição de vulnerabilidade social decorrente da posição histórica dos usuários do Grindr.

O segundo eixo que busquei explorar concerne às formas como usuários que não tem acesso aos servidores da empresa são capazes de fazer uso da interface da plataforma para enganar e rastrear usuários comuns, desse modo viabilizando ações que vão desde exposição forçada até mesmo a prisão. Nesse sentido, embora esses atores não estejam na posição de centralidade que a empresa está, com relação a todos os usuários, eles são beneficiários do aprofundamento dos mecanismos de controle social promovido por tais tecnologias. Isto ocorre porque, como comenta Miskolci, o perigo passa a figurar como condição para o prazer inclusive no próprio nível das interações horizontais, pois deixar-se conhecer (isto é, fornecer informações sensíveis sobre si) é condição, na plataforma, para a experiência do encontro sexual.

Me parece ser adequado caracterizar essas interações supostamente horizontais, nas quais os usuários em posição de equivalência em relação à plataforma se vigiam, como uma relação de “vigilância palinóptica”, como designado por Fernanda Bruno (2013) para falar de um modelo reticular de vigilância no qual ver e ser visto tornam-se partes integrais do mesmo processo. A autora insere a lógica palinóptica num debate mais amplo em torno das características da vigilância distribuída contemporânea. Dentre essas características é conveniente destacar seu caráter ubíquo, disperso e muitas vezes incidental. Não estamos mais limitados ao panóptico, quando a vigilância dizia respeito a uma instância centralizadora a monitorar corpos individuais num espaço institucional. Na vigilância distribuída, esse tipo de monitoramento se articula com práticas de ver e ser visto que não podem ser referidas a priori a qualquer instância central, mas a práticas diversas e difusas.

“Se por um lado a vigilância se justifica ou se exerce pelo medo e pela promessa de segurança, ela também mobiliza ou expressa todo um circuito de libidos, prazeres e desejos. Os afetos e as subjetividades contemporâneas não encontram na vigilância apenas um meio de inspeção e controle ou de segurança e proteção, mas uma forma de diversão, prazer, sociabilidade.” (BRUNO, 2013, p. 34)

Algumas das controvérsias envolvendo o aplicativo se tornam mais inteligíveis quando examinadas a partir desse quadro analítico. O emprego da plataforma pelo jornalista Nico Hines, pela Polícia da Moralidade egípcia e no caso da exposição do reverendo Makela são a realizável da potência de detecção inerente a relação interface/usuários. Se no Brasil essa potência se realiza frequentemente através do uso corriqueiro do aplicativo pelos usuários, em outros contextos ela adentra o campo do real de outros modos. Nesse sentido, me parece possível afirmar, com relativa segurança, dois pontos em relação aos impactos das novas tecnologias com relação as sexualidades dissidentes: 1) a sobreposição entre os regimes disciplinar e de controle resulta sim numa reconfiguração nítida do regime disciplinador do armário, sobretudo em sua manifestação nos territórios digitais; 2) essa reconfiguração não implica na emancipação em relação aos mecanismos de regulação da sexualidade, e sim no aprofundamento da eficácia de tais mecanismos.

“Testemunhamos progressivamente a miniaturização, internalização e introversão reflexiva (movimento de torção para o interior, para o espaço considerado como íntimo e privado dos mecanismos de controle e

vigilância do regime sexopolítico disciplinador. Essas novas tecnologias suaves de microcontrole adotam a forma do corpo que controlam, transformam-se em corpo, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele, acabando como soma-tecnosubjetividades.” (PRECIADO, 2018)

Busquei enfatizar neste trabalho as vulnerabilidades presentes em artefatos técnicos desenvolvidos no contexto de uma ordem tecnocientífica-empresarial e neoliberal de gestão da dissidência sexual sobreposta ao regime de um armário disciplinar. Contudo, é importante frisar os limites das ficções materiais-simbólicas mobilizadas na composição do aparato analítico utilizado neste trabalho. A sobreposição entre o regime moderno-disciplinar do armário e a ordem supracitada é uma imagem de pensamento útil para a compreensão de tecnologias que emergiram no contexto histórico-sociológico em que tal sobreposição é verificável. Não obstante esse valor, a transposição de tal imagem para um contexto como o egípcio apresenta grandes problemas.

O que desejo enfatizar com este ponto é que o foco da análise aqui oferecida são as tecnologias de poder, suas potências e apropriações, não as experiências políticas de corpos subalternizados no contexto egípcio. Nesse sentido, me parece mais adequado concluir-a indicando a insuficiência dos apontamentos aqui realizados para a compreensão dessas experiências, sobretudo num contexto em que a “questão LGBT” é crescentemente instrumentalizada para a legitimação de um discurso islamofóbico, nacionalista e salvacionista-colonial (PUAR, 2013; REXHEPI, 2016).

Referências

- ABDEEL HAMEED, D. **The Trap: Punishing sexual difference in Egypt.** [s.l.]: Egyptian Initiative For Personal Rights, nov. 2017. Tradução para o inglês de Naira Antouan. Disponível em: <https://eipr.org/sites/default/files/reports/pdf/the_trap-en.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.
- ARTIGO 19. **Apps, arrests and abuse in Egypt, Lebanon and Iran.** [s.l.]: Artigo 19, 2018. Resumo de relatório. Disponível em: <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2018/02/LGBTQ-Apps-Arrest-and-Abuse-report_22.2.18.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.
- AURELIANO, N. O. S.; RIBEIRO, J. W. **Desenvolvendo uma sexualidade mediada: uma análise do aplicativo Grindr e a sociabilidade homoafetiva.** Apontamentos Midiaticos, v. 2, n. 4, p. 1-12. mar. 2014.
- BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CASTRO-GÓMEZ, S. **Ciências sociais, violência epistêmica e problema da “invenção do outro.** In: E. Lander, A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, Clacso, 2005.
- CAMPBELL, C. **“Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno”.** In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.) Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.47-64.
- CESARINO, L. **Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira.** Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 19-50, jun. 2014.
- COLEMAN, E. G. **Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking.** Princeton: Princeton University Press, 2013. 264 p.
- COSTA, Rogério da. **Sociedade de controle.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 161-167, mar. 2004.
- COUTO, E. S., SOUZA, J. D. F. de, NASCIMENTO, S. P. **Grindr e Scruff: amor e sexo na cibercultura.** In: SIMPÓSIO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS E SOCIAILIDADE, 3., 2013, Salvador. Anais.... Salvador: Ufba, 2013. p. 1 - 15.
- DELEUZE, G. **“Post-scriptum sobre as sociedades de controle”**, In: G. Deleuze, Conversações, 1972-1990, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Graal, p. 149, 1998.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HARAWAY, Donna. **“Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismosocialista no final do século XX”**. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org. e Trad.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129
- HOANG, N. P.; ASANO, Y.; YOSHIKAWA, M. **Your neighbors are my spies: Location and other privacy concerns in GLBT-focused location-based dating applications.** Icact Transactions On Advanced Communications Technology, [s.l.], v. 5, n. 3, p.851-860, maio 2016
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MARCUS, G. **Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography.** Annual Review of Anthropology, n. 24, p. 95-117, 1995.
- MISKOLCI, R. **Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line.** Revista Estudos Feministas. UFSC, v. 21, p. 301-324, abr. 2013.
- PRECIADO, P. B. **Transfeminismo no regime fármaco-pornográfico.** Tradução de Thiago Coacci. in L. Borghi, F. Manieri e A. Pirri, Le cinque giornate lesbiche in teoria. Roma, Ediesse, 2011.
- _____. **História da tecnossexualidade.** In: Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- PUAR, J. K. **Homonationalism As Assemblage: Viral Travels, Affective Sexualities.** Jindal Global Law Review, v. 4, n. 2, p. 23-43, nov. 2013.
- RAMOS, J. S. **Subjetivação e poder no ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais.** Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, p. 57-76, nov. 2015.
- REXHEPI, P. **From Orientalism to Homonationalism: Queer Politics, Islamophobia and Europeanization in Kosovo.** Southeastern Europe, v. 40, n. 1, p. 32-53, 2016.
- RIFKIN, J. **A era do acesso.** São Paulo: Makron Books, 2001.

SANT'ANNA, D. B. de. **Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres.** In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário.** Cad. Pagu, v. 28, pp.19-54, jun. 2007.

SANTOS, S. C. **Meu Tinder tá bombando!? Geolocalização, sociabilidade e vivências da sexualidade.** In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016. Anais... João Pessoa: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. p. 1 - 16.

STAR, S. L. **The Ethnography of Infrastructure.** American Behavioral Scientist, v. 43, n. 3, p. 377-391, nov. 1999.

VASCONCELOS, O. S.; VIEIRA, M.; CAL, D. **Vitrine Virtual: comunicação, práticas corporais e sociabilidade no Grindr.** Verso e Reverso, v. 31, n. 76, p. 36-45, abr. 2017.

VICENTIN, D. **Governança da internet, infraestrutura e resistência.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 4., 2016, Buenos Aires. Anais... . Córdoba: Fundación Vía Libre, 2017. p. 419-432.

Notícias

BLEIER, E. **Anti-gay pastor and married father-of-five who compared homosexuality to alcoholism resigns after his profile is uncovered on gay hook-up site Grindr.** Daily Mail, Londres, 20 mai. 2015. Disponível em: <www.dailymail.co.uk/news/article-3088757/Reverend-Matthew-Makela-resigns-Grindr-profile-uncovered-Queerty.html>. Acesso em 05 jun. 2018.

BRANDOM, R. **Designin for the crackdown.** The Verge, 25 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2018/4/25/17279270/lgbtq-dating-apps-egypt-illegal-human-rights>>. Acesso em 04 ago. 2018.

BUSEY, K. **Daily Beast, Fire Nico Hines for Grindr Outing.** Planet Transgender, Dallas, 12 ago. 2016. Disponível em: <<http://planettransgender.com/daily-beast-fire-nico-hines-for-rio-grindr-outing>>. Acesso em 25 mai. 2018.

CHAN, J. Clara. **Read the Grindr founder's response to Daily Beast outing Olympians.** The Wrap, Los Angeles, 13 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.thewrap.com/grindr-founder-responses-to-daily-beast-outing-olympians>>. Acesso em 25 mai. 2018.

www.thewrap.com/grindr-founder-responses-to-daily-beast-outing-olympians/>. Acesso em 25 mai. 2018.

CULZAC, N. **Egypt's police 'using social media and apps like Grindr to trap gay people'.** The Independent, Londres, 17 set. 2014. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/africa/egypts-police-using-social-media-and-apps-like-grindr-to-trap-gay-people-9738515.html>>. Acesso em 26 mai. 2018.

HUDSON, D. **Grindr to allow users in anti-gay countries to change Grindr icon on their phone to keep them safe.** Gay Star News, Londres, 28 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.gaystarnews.com/article/grindr-icon-anti-gay-countries/#gs.lwEdT7A>>. Acesso em 11 jun. 2018.

GRAAF, M. **Grindr under fire for sharing millions of users' HIV status, phone ID and GPS coordinates with two other companies.** The Daily Mail, Northcliffe House, 02 abr. 2018. Disponível em: <www.dailymail.co.uk/health/article-5570619/Grindr-fire-sharing-users-HIV-status-two-companies.html>. Acesso em 26 mai. 2018.

GHORAYSHI, A; RAY, S. **Grindr is letting other companies see user HIV status and location data.** Buzzfeed News, Nova Iorque, 03 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/azeenghorayshi/grindr-hiv-status-privacy>>. Acesso em 26 mai. 2018.

GREENBERG, A. **Gay dating apps promise privacy, but leak your exact location.** Wired, 05. mai. 2016. Disponível em: <<https://www.wired.com/2016/05/grindr-promises-privacy-still-leaks-exact-location/>>. Acesso em 03 ago. 2018.

PATON, C. **Grindr urges LGBT community to hide their identities as Egypt persecutes nation's gay community.** The Independent, Londres, 26 set. 2014. Disponível em: <www.independent.co.uk/news/world/africa/grindr-urges-lgbt-community-to-hide-their-identities-as-egypt-persecutes-nations-gay-community-9757652.html>. Acesso em 05 jun. 2018.

SHEILS, C. **Egyptian cops using Grindr to hunt gays.** Cairo Scene, Cairo, 01 set. 2014. Disponível em: <<http://www.cairoscene.com/LifeStyle/Egyptian-Cops-Using-Grindr-To-Hunt-Gays>>. Acesso em 25 mai. 2018.

YIN, S. **Grindr hack leaves hundreds of thousands exposed.** PC Magazine, Nova Iorque, 20 jan. 2012. Disponível em: <<https://securitywatch.pcmag.com/security/293112-grindr-hack-leaves-hundreds-of-thousands-exposed>>. Acesso em 26 mai. 2018.

GRINDR LLC (West Hollywood). **About**. 2018a. Disponível em: <<https://www.grindr.com/about/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GRINDR LLC (West Hollywood). **Homepage**. 2018b. Disponível em: <<https://www.grindr.com/>>. Acesso em 04 jun. 2018.

WARDLE, P. **The Do's and Don'ts of Location Aware Apps; A Case Study**.

Synack, Redwood City, 09 set. 2014. Disponível em: <<https://www.synack.com/2014/09/05/the-dos-and-donts-of-location-aware-apps-a-case-study/>>. Acesso em 05 jun. 2018.

Ilustração de abertura do artigo
produzida pelo bolsista indisciplinar
Luis Henrique Marques